

RELATÓRIO DE PESQUISA

Dupla representação de pessoa e a sintaxe dos impostores

Danniel CARVALHO 

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise unificada para dois fenômenos envolvendo a categoria pessoa: impostores nominais, expressões nominais com leitura pessoal, e pronomes impostores, formas pronominais pessoais com leitura impessoal. Esta análise se baseia na estrutura referencial de Collins e Postal (2012), e na projeção de atos de fala de Ritter e Wiltschko (2019), e assume que as expressões impostoras possuem traços pragmáticos participantes aos quais a estrutura sintática é sensível, a saber: [AUTOR] e [DETINATÁRIO]. Esses traços, no entanto, diferem dos traços-phi de 1ª e 2ª pessoas, estes responsáveis apenas pela operação de concordância. Assim, há uma assimetria na configuração dos DPs impostores: enquanto as expressões-R impostoras não apresentam traços-phi de pessoa, o que bloqueia a morfologia pessoal na concordância sentencial dessas expressões, os pronomes impostores carecem dos traços pragmáticos participantes, impedindo uma leitura referencial. Esses traços pragmáticos são computáveis em uma projeção sintática responsável por ligar os nominais às relações discursivas. Por fim, demonstro que os impostores nominais e pronominais têm seus traços participantes valorados na posição de especificador de dois núcleos funcionais acima do DP, que são responsáveis pelas leituras de falante e destinatário.

ABSTRACT

This paper aims to presents a unified analysis for two phenomena involving the category person: nominal imposters, which are nominal expressions with personal reading, and imposter pronouns, which are personal pronominal forms with impersonal reading. This analysis is based on the referential structure proposed by Collins and Postal (2012), and the speech act



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Raquel Freitag (UFS)

AVALIADO POR

- Cilene Rodrigues (PUC-Rio)

- Janayna Carvalho (UFMG)

DATAS

- Recebido: 27/05/2023

- Aceito: 18/01/2024

- Publicado: 03/05/2023

COMO CITAR

Carvalho, D. (2024). Dupla representação de pessoa e a sintaxe dos impostores. *Revista da Abralin*, v. 23, n. 1, p. 1-25, 2024.

projection by Ritter and Wiltschko (2019) and assumes that imposter expressions have participant pragmatic features to which the syntactic structure is sensitive, namely: [AUTHOR] and [ADDRESSEE]. These features, however, differ from the 1st and 2nd person phi-features, which are responsible only for the agreement operation. Thus, there is an asymmetry in the configuration of imposter DPs: while nominal imposters do not have person phi-features, which blocks the personal morphology in the sentence agreement of these expressions, imposter pronouns lack participant pragmatic features, preventing a referential reading. These pragmatic features are computable in a syntactic projection, which is responsible for linking nominals to discursive relations. Finally, I demonstrate that nominal and pronominal impostors have their participant features valued in the position of specifier of two functional heads above the DP, which are responsible for the speaker and addressee readings.

PALAVRAS-CHAVE

Impostores, sintagma determinante, projeção de ato de fala.

KEYWORDS

Imposters, determiner phrase, speech act projection.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

Em todas as línguas conhecidas existe um grupo de expressões nomeadas, nas línguas ocidentais, como pronomes, que funcionam como “representantes” de expressões nominais ou orações ou, ainda, de seres que não possuem outra forma de nomeação, como o “eu”. No português, palavras como eu, você, nós, por exemplo, são conhecidas como pronomes pessoais, pois definem quem participa ou não de uma conversação (ou de um ato enunciativo, em termos mais técnicos). No entanto, existem outras formas de expressar essa referência de pessoa nas línguas. Expressões do tipo “esse professor” numa frase como “Esse professor aqui quer férias” pode ser entendido como tendo referência de primeira pessoa, podendo ser interpretada como “Eu, que sou professor, quero férias”. Essas expressões que funcionam como pronomes pessoais são conhecidas na literatura linguística como impostores por estarem “disfarçadas” de pronomes. Assim, o presente trabalho pretendeu investigar como a categoria pessoa pode ser interpretada sintaticamente tanto em pronomes tradicionais como em impostores, propondo que a categoria pessoa, responsável pelo desempenho linguístico dos participantes do discurso, tenha uma dupla representação nas línguas: uma que é responsável pela concordância e

outra que é responsável pela interpretação de participante do discurso, sendo ambas de competência da sintaxe. Para tanto, usamos um modelo de estrutura sintática baseada nos pressupostos da Gramática Gerativa em seu modelo Minimalista.

Introdução

De acordo com Collins e Postal (2012), um *impostor* é uma expressão nominal que possui referência de pessoa nocionalmente X e gramaticalmente Y, em que $X \neq Y$. Superficialmente, impostores descendem de expressões referenciais, i.e., expressões que designam por si só seus referentes, que, por seu turno, expressam gramaticalmente a terceira pessoa. São exemplos de expressões referenciais “o professor” em (1) e “Dorothy”¹ em (2):

- (1) Esse professor está exausto.
- (2) A Dorothy vai dar uma volta.

Entretanto, as expressões nominais em (1) e (2) podem ter leitura pessoal. Por exemplo, esse *professor* pode apresentar leitura de primeira pessoa do singular e *Dorothy*, de segunda pessoa do singular, como ilustrado em (3) e (4), respectivamente. Em outras palavras, essas expressões nominais permitem uma leitura impostora.

- (3) O professor_{1sg} está/*estou exausto.
- (4) A Dorothy_{2sg} vai dar uma volta.^{2,3}

¹ Considerarei nomes próprios expressões referenciais para a presente discussão. Nomes próprios e indexicais compartilham algumas características e diferem em outras. Por exemplo, ambos são referenciais, mas nomes próprios nomeiam, enquanto indexicais denotam. Para uma discussão mais aprofundada sobre a semântica dos nomes próprios, ver Logonbardi (1994). Para a morfossintaxe dos nomes próprios, ver Schlücker e Ackermann (2017).

² A maioria das variedades do português brasileiro não faz distinção entre a flexão verbal de terceira e segunda pessoas do singular (um mesmo falante pode apresentar essa variação). No entanto, se *Dorothy* denotasse a primeira pessoa do singular, não permitiria a flexão do verbo para essa pessoa:

- (i) A Dorothy_{1sg} vai/*vou dar uma volta.

³ Collins e Postal (2012, p. 53) ventilam pontualmente o fato de a maioria dos dados com impostores apresentarem algum tipo de marca de definitude, como artigo definido, pronomes demonstrativos proximativos ou distais, possessivos, ou serem nomes próprios. Como será visto na estrutura nominal assumida para análise, o traço de definitude é um elemento constante dessas expressões. No entanto, não desenvolverei no presente trabalho uma investigação sobre o efeito de definitude nas expressões impostoras.

Uma característica gramatical importante dos impostores é o fato de essas expressões exigirem, em línguas que exibem morfologicamente concordância, que esta seja de terceira pessoa. Essa generalização pode ser aplicada para todos os tipos de impostores em diversos contextos sintáticos (singulares, plurais, coordenados).⁴

A análise dos impostores, contudo, deve compreender o cenário oposto: pronomes pessoais que funcionem como formas impessoais, as quais chamaremos de *impostores pronominais*. Collins e Postal (2012) apresentam candidatos passíveis de servirem como impostores pronominais. Um exemplo é o *nurse-we*, pronome de primeira pessoa do plural comumente usado por profissionais de enfermagem ou cuidadores para denotar um único paciente ao qual está se dirigindo (5a), cujo equivalente no português brasileiro (doravante PB) é nulo (5b):

- (5) a. How are we feeling today?
b. Como estamos nos sentindo hoje?

Da mesma forma que no inglês, um pronome de primeira pessoa do plural é utilizado pelo falante para se referir ao ouvinte. Collins e Postal (2012) analisam o *nurse-we* como um pronome plural com um traço inerente de segunda pessoa, ou *destinatário*. Já para explicar a leitura de primeira pessoa, ilustrada no exemplo (3), os autores postulam um traço *autor*, inerente à forma nominal. Essa inerência, como será visto adiante, será explicada pela própria constituição de traços e representação sintática do sintagma (pro)nominal.⁵

Outro exemplo é o pronome de segunda pessoa, um robusto candidato a impostor pronominal translinguisticamente:

- (6) Português Brasileiro
Você começa a fumar um cigarro hoje, amanhã você experimenta x.
- (7) Inglês
You start smoking a cigarette today, tomorrow you will try x.
- (8) Espanhol (Collins; Ordoñez, 2021, p. 4)

Nos anexos, podemos perceber que a maior parte dos candidatos a impostores no português brasileiro apresentam algum desses determinantes definidos.

⁴ Há, no entanto, contextos específicos em que anáforas pronominais de primeira pessoa podem retomar impostores. Para exemplos do inglês, ver Das (2014, p. 28).

⁵ Chamarei (pro)nominal o conjunto de expressões nominais e pronominais analisadas no presente trabalho.

Se irá *usted* acostumando al clima.
REFL ir.FUT 2sg acostumando ao clima
“Todos se acostumam com o clima”

Nos exemplos acima, o pronome de segunda pessoa do singular tem leitura impessoal, sendo interpretado como *alguém* ou *todos*. Assim, nos exemplos (6) e (7), o uso do pronome de segunda pessoa significa, em um contexto de uma entrevista sobre o consumo de drogas ilícitas, que qualquer indivíduo pode começar a fumar cigarros e em seguida experimentar outras drogas. No exemplo (8), *usted* é interpretado como um pronome com potencial referência universal.

Entretanto, diferentemente do inglês e do espanhol, a leitura impessoal encontrada em (6) pode se estender a outros pronomes pessoais no PB, inclusive a primeira pessoa do singular, como o exemplo em (9).

- (9) *Eu* começo a fumar um cigarro hoje, amanhã *eu* experimento x.
(CARVALHO, 2008, p. 82)

A possibilidade de exemplos como em (6) e (9) poderem ocorrer com a primeira pessoa do plural parece restringir-se à forma *a gente*, o que pode estar relacionado à flexão. No contraste em (10) e (11), a versão com *nós* é considerada marginal se comparada com *a gente*.⁶

- (10) ??Nós começamos a fumar um cigarro hoje, amanhã nós experimentamos x.
(11) *A gente* começa a fumar um cigarro hoje, amanhã *a gente* experimenta x.

Os dados em (3-11) apresentam assimetria quanto à relação forma-função das expressões (pro)nominais no que diz respeito a sua referência de pessoa: enquanto os dados em (3) e (4) obrigatoriamente engatilham concordância de terceira pessoa na sentença, incluindo-se as retomadas anafóricas, os exemplos (5-11) demonstram defectividade em sua leitura pessoal. Assim, por um lado, expressões referenciais podem apresentar interpretação pessoal, mesmo não acionando concordância morfológica pessoal; por outro, pronomes pessoais podem apresentar interpretação impessoal. Essa deficiência referencial será tratada no presente trabalho como uma deficiência estrutural. Em outras palavras, assumirei que as expressões impostoras, sejam elas expressões referenciais ou pronominais, apresentam uma subespecificação de alguns de seus traços constituintes.

⁶ Minha intuição de falante do PB me faz perceber que a própria versão com a primeira pessoa singular parece ser mais restrita do que com pronomes que não engatilham flexão verbal, o que precisaria de uma investigação apropriada para ser confirmada. Para uma discussão sobre a referência de primeira pessoa e seus efeitos sintáticos nos impostores no PB, ver Carvalho, Brito e Sedrins (2018).

Mais especificamente, no presente trabalho, partirei da hipótese de que a impossibilidade de haver concordância gramatical nos impostores é devida à ausência de traços gramaticais de pessoa nessas expressões⁷, enquanto a leitura impessoal dos pronominais se dá por carência de traços do que passarei a chamar de *participantes* ([autor] e [destinatário]), pois indicam a participação de um indivíduo na dinâmica discursiva e é de natureza pragmática.

Portanto, como será demonstrado adiante, adotarei uma dupla representação da categoria *pessoa*: a estrutura (pro)nominal possui traços de pessoa de duas naturezas: uma gramatical, responsável pela operação concordância, e outra pragmática, que permite sua leitura como participante do discurso.

Os pronomes pessoais nas línguas naturais tendem a ter ambos os conjuntos de traços da categoria *pessoa*, pois tanto engatilham morfologia de pessoa, apontando a presença de traço gramatical, quanto são interpretados como participantes do discurso, indicando possuir traço pragmático. A distinção se torna aparente em casos de impostores como os dos dados em (3-11) em que um dos conjuntos de traços da categoria *pessoa* parece não estar presente no (pro)nominal.

A partir do acima exposto, proponho que a resposta para a assimetria de traços dos dados analisados reside na estrutura (pro)nominal pessoal. Assumo que essas expressões são DPs⁸ (ABNEY, 1987) que possuem como raiz um índice referencial. No entanto, diferentemente dos pronomes pessoais canônicos, as expressões impostoras, incluindo-se os impostores pronominais, podem não possuir traços gramaticais ou pragmáticos de pessoa, o que impede, a depender de sua natureza, ora o engatilhamento de concordância no nível do DP, ora a interpretação pessoal.

É sabido que desde Abney (1987) a estrutura do sintagma nominal é concebida com um paralelo à estrutura oracional. Abney sugere que o DP é uma categoria funcional e é a contraparte nominal da categoria funcional IP, que, posteriormente, é reelaborada como categoria TP (POLLOCK, 1989). E desde então esse paralelo estrutural entre as estruturas nominal e oracional vem sendo amplamente adotada, através dos mais diversos argumentos empíricos e funcionais (SZABOLCSI, 1994; LOBECK, 1995; CHOMSKY, 2015).

No que diz respeito aos propósitos do presente trabalho, nos debruçaremos àquela estrutura proposta por Orlando e Saab (2019) especificamente para o grupo dos expressivos denominado *insultos de grupo*. Orlando e Saab (2019), em uma análise da classe dos insultos de grupo, tais como *puta*, propõem duas estruturas do DP, sendo uma para quando essas expressões ocorrem de forma predicativa e a segunda estrutura, para suas ocorrências epítéticas, ambas ilustradas na Figura 1.

⁷ Assumo com Carvalho (2008), baseado em Benveniste (1966) e Harley e Ritter (2002), que a terceira pessoa é a ausência de traços de pessoa. Para uma discussão aprofundada sobre a constituição de traços dos pronomes de terceira pessoa no português, ver Cerqueira (2019).

⁸ Abreviaturas e símbolos usados no trabalho: 1 = primeira pessoa; 2 = segunda pessoa; 3 = terceira pessoa; sg = singular; pl = plural; LF = forma lógica; DP = do inglês *determiner phrase* (sintagma determinante); IP = do inglês *inflectional phrase* (sintagma flexional); TP = do inglês *tense phrase* (sintagma temporal); D = núcleo determinante; Addr = do inglês *addressee* (destinatário); Spkr = do inglês *speaker* (falante/autor); NUMP = projeção de número; n = categorizador nominal; nP = projeção do categorizador nominal; $\sqrt{\quad}$ = raiz; INF = infinitivo; NEG = negação; Ground_{addr} = núcleo do conhecimento comum do destinatário; Ground_{spkr} = núcleo do conhecimento comum do falante/autor; GroundP = projeção do conhecimento comum compartilhado; GU = Gramática Universal; IMPES = impessoal; RECP = recíproco; PRES = presente; * = agramatical.

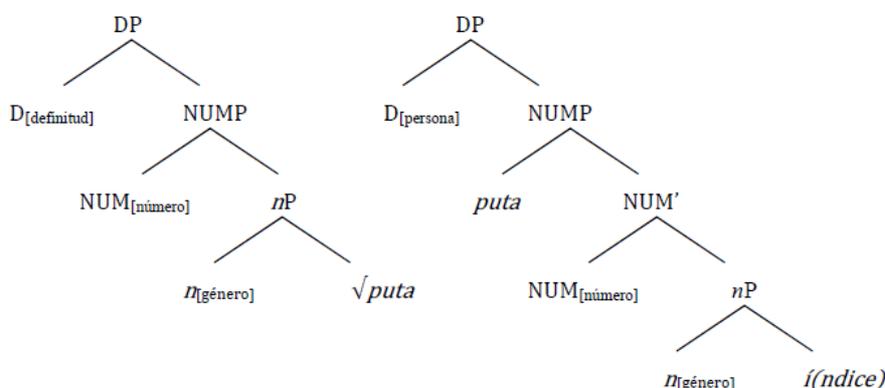


FIGURA 1 – Estrutura do DP (ORLANDO; SAB, 2019)
 Fonte: Orlando e Saab (2019, p. 6)

Os autores assumem que os insultos de grupo são formas carregadas de conteúdo expressivo de uma expressão de carga semântica neutra (*prostituta* para *puta*, por exemplo). Assim, uma sentença como (12), em que *puta* exprime uma condição de verdade como em (12a), a qual é mantida em (12b), mas com o acréscimo nesta de um conteúdo expressivo.

(12) A puta chegou tarde à festa.

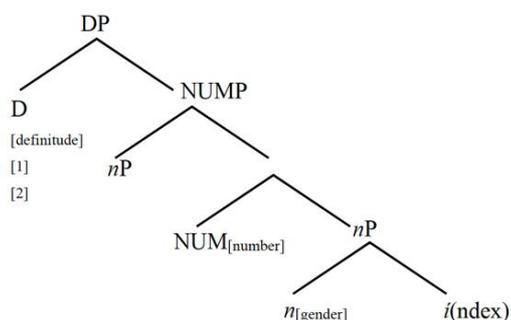
- a. A prostituta/pessoa que trabalha se prostituindo chegou à festa.
- b. Alguém que quero ofender chegou à festa.

Assim, segundo os autores, a interpretação de *puta* em (12b) não é idêntica à *prostituta* em (12a) “mas apenas acrescenta um componente expressivo ao significado da expressão em seu conjunto que, por sua vez, se refere a um determinado indivíduo” (ORLANDO; SAAB, 2019, p. 5). Ou seja, para além de nos referirmos a uma pessoa que classificamos como prostitutas, ao usarmos a expressão *puta*, também podemos nos referir a uma pessoa para quem expressamos desprezo, mas que não classificamos como prostituta. Os autores chamam essa interpretação de *epitética* e afirmam que essas expressões apresentam um padrão sintático específico. Para eles, essa ambiguidade dos exemplos em (12) pode ser explicada por haver configurações sintáticas distintas que geram as distintas ocorrências do insulto e que impõem ou uma interpretação predicativa (em (12a)) ou uma interpretação epitética (em (12b)).

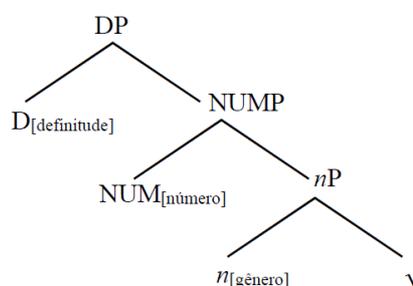
Dessa forma, assumo para fins da análise a representação do DP em (13), inspirada em Orlando e Saab (2019), que, apesar de não se dedicar aos pronomes, pode ser adaptada a nossa proposta. Nessa estrutura, um pronome se diferencia de uma expressão referencial pelo fato de o

categorizador nominal *n* unir-se a um índice, sem conteúdo lexical portanto, e que aponta a alguma entidade no mundo real (um participante do discurso) no caso de um pronome. Em outras palavras, o complemento do núcleo da projeção *nP* mais encaixada é um elemento indexical tal que sua interpretação é fórica e estabelecida dentro de um universo comum entre os interlocutores. Sua forma lexical é um *nP* introduzido na derivação sintática na posição de especificador de NUMP, estabelecendo unicamente concordância- ϕ de número.⁹ Essa expressão nominal, ao tempo que indica referencialmente um grupo ou indivíduo no mundo real, também é indexicalmente ligado a um referente presente no universo discursivo.

(13) a. Estrutura do pronominal



b. Estrutura da expressão-R



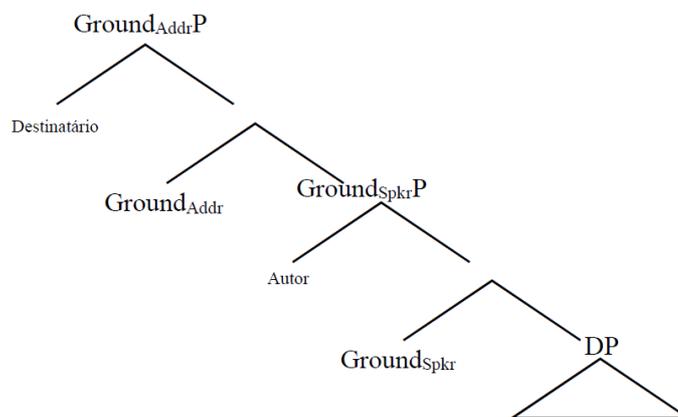
Em (13), o DP é formado por uma hierarquia de nós funcionais responsáveis pela interpretação de traços de natureza exclusivamente gramatical, a saber: gênero (*n*), número (NUM) e o conjunto definitude, autor e destinatário (D).¹⁰ O que acontece com os impostores pronominais é um “defeito” nos traços contidos em D: os traços referentes à primeira ou à segunda pessoas gramaticais não estão disponíveis para a computação. Já no caso dos impostores nominais, a presença de traços referenciais é o que permite sua leitura pessoal. Como será detalhado adiante, esse conjunto diferente de traços é de natureza discursiva, e são eles [AUTOR] e [DESTINATÁRIO]. Chamarei esses traços de *participantes*, em distinção aos traços gramaticais, que chamarei apenas de traços de pessoa, pois a função daqueles é indicar a participação dos interlocutores no ato discursivo (função referencial), enquanto estes geram engatilhamento morfossintático de concordância (função gramatical).

Para dar conta de tais traços, assumo, com Ritter e Wiltschko (2019), que a espinha nominal envolve uma projeção de ato de fala, responsável pela referência (discursiva) (pro)nominal, ilustrada em (14).

⁹ Assumirei sem maiores detalhes que a motivação computacional para a concordância é a presença de traços- ϕ (ou gramaticais) não valorados na derivação, de acordo com Chomsky (2000 e seguintes). Para mais detalhes sobre uma computação exclusivamente baseada em traços- ϕ , ver Harbour et al. (2008), Carvalho (2008), Rezac (2011) para citar alguns trabalhos.

¹⁰ Adoto a análise de Carvalho (2018), na qual o autor assume [definitude] como traço- ϕ . Ainda utilizarei a grafia em minúsculas para distinguir traços gramaticais, enquanto traços de natureza pragmática serão grafados em caixa alta.

(14) Espinha nominal



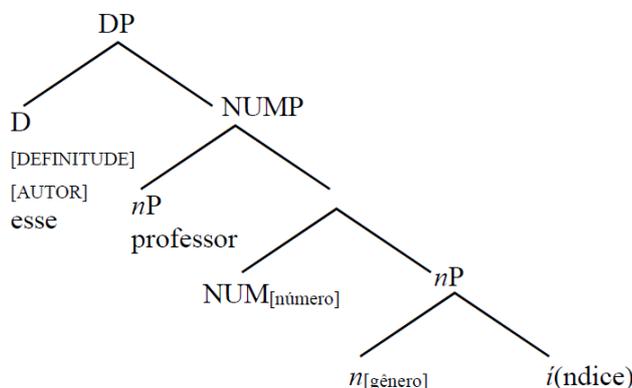
Essa representação pode ser estendida aos impostores de forma geral. O exemplo (3), repetido abaixo em (15), tem sua “deformação sintática”¹¹, nos termos de Collins e Postal (2012), explicada assumindo-se que *professor* possui o traço participante ([AUTOR]), que é valorado acima do DP, em uma projeção funcional responsável pela interface discursiva, uma vez que não possui traços gramaticais de pessoa (considerando-se a terceira pessoa como não participante do discurso (cf. BENVENISTE, 1966; CARVALHO, 2008, 2017). Assim, a análise para o DP *esse professor* é (15).

(15) [Esse professor]_{1sg} está exausto.

¹¹ Collins e Postal (2012) assumem que um impostor é o resultado da deformação de expressões do tipo I, *Nixon* ou *You, Madam*, como nos exemplos em (i) e (ii), respectivamente. Ou seja, que os impostores possuiriam um pronome pessoal antecedente que passaria a ser interpretado como um índice antecedente.

- I. I, Nixon, am going to get even.
 Eu, Nixon, estou indo INF vingar.
 “Eu, Nixon, irei me vingar.”
- II. You, Madam, should not try to deceive us.
 Você, madame, dever NEG tentar INF derrotar nos.
 “Madame não deveria tentar nos derrotar”.
 (COLLINS; POSTAL, 2012, p. 48)

(16)



Dessa forma, podemos concluir até aqui que impostores podem ser compreendidos como estruturas nominais referencialmente ligadas a traços semântico-pragmáticos do sintagma nominal: [AUTOR] e [DESTINATÁRIO]¹². Esses traços permitem aos interlocutores pertencentes a um certo grupo de falantes a compreenderem essas expressões desde uma expressão referencial ordinária até um pronome pessoal. No entanto, sua configuração interna gera consequências sintáticas. Portanto, uma análise linguística dessas estruturas deve também explicar seu funcionamento enquanto objeto sintático. A seguir, demonstrarei como os impostores nominais e pronominais são fruto de uma mesma estrutura determinante (DP), a partir da proposta de espinha nominal de Ritter e Wiltschko (2019) para os pronomes impessoais. A diferença entre essas expressões encontra-se na valoração de seus traços, ou seja, é de cunho estritamente sintático.

1. A estrutura do DP e uma espinha nominal para os impostores

1.1 Motivando uma espinha nominal estendida

Como mencionado na seção anterior, a ideia de um paralelismo estrutural e funcional entre uma espinha nominal e uma flexional é largamente discutida e, com diferenças metodológicas, adotada amplamente. Wiltschko (2014) propõe a Hipótese da Espinha Universal (USH, do inglês *Universal Spine Hypothesis*). A USH é fundamentada a partir da constatação de três características linguísticas universais: (i) há padrões categoriais universais; (ii) categorias demonstram efeitos de ordenamento universais; e (iii) categorias nominais e verbais são paralelas em sua organização funcional e hierárquica (WILTSCHKO, 2014, p. 22).

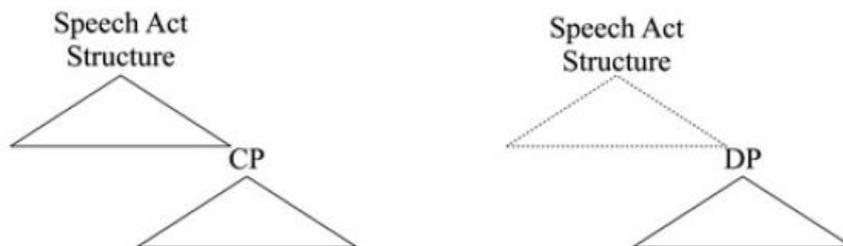
¹² Os colchetes indicam traços constitutivos.

Em outras palavras, a USH pressupõe uma GU que possui um conjunto de categorias abstratas neutras, hierarquicamente organizadas, definidas por sua função interpretativa.

De acordo com Ritter e Wiltschko (2019), a USH estabelece, como pressuposto, um paralelismo entre nominais e sentenças, partindo da premissa de que suas categorias constituintes derivam das funções interpretativas da espinha funcional e de unidades específicas de cada língua que substanciam essas unidades abstratas. A USH, prediz, essencialmente, portanto, que as funções universais da espinha são neutras na sua aplicação a categorias lexicais que venham a denotar tanto eventos (sentença), quanto indivíduos ((pro)nomes), sendo, por fim, o que definem um sintagma verbal estendido – a sentença –, ou sintagma nominal estendido – o (pro)nominal.

Já a proposta de uma estrutura sintática de atos de fala dedicada à explicação dos efeitos sintáticos entre autor e destinatário é discutida na literatura há mais de duas décadas (cf. BENINCÀ, 2001; SPEAS; TENNY, 2003; GARZONIO, 2004; TENNY, 2006; HILL, 2007A, 2007B; HAEGEMAN; HILL, 2013; ZU, 2013, 2018; HAEGEMAN, 2014; WILTSCHKO, 2014; WILTSCHKO; HEIM, 2016; WILTSCHKO, 2017). Esse fecundo histórico nos permite estabelecer, como síntese dessa discussão e com base no pressuposto da USH, um paralelismo estrutural entre a sentença e o nominal como ilustrado em (17):

(17) Paralelismo das estruturas sentencial e nominal



Fonte: Ritter e Wiltschko (2019, p. 10)

A ideia de uma estrutura de atos de fala remete à hipótese performativa de Ross (1970), na qual o autor propunha que autor e destinatário, juntamente com a força ilocutória, seriam representados sintaticamente. Com a explosão da periferia esquerda nos anos 1990, a proposta de Ross pode ser repensada em termos de categorias funcionais. Speas e Tenny (2003), por exemplo, propõem que a estrutura dos atos de fala lança mão dos mesmos primitivos formais da estrutura argumental. As autoras propõem que um ato de fala assertivo do tipo “eu te digo que” é introduzido na derivação de forma semelhante a uma construção de duplo objeto com um sintagma de ato de fala articulado:

(18) [_{SAP} Spkr [sa [_{SAP} Utt [SA Hearer]]]]

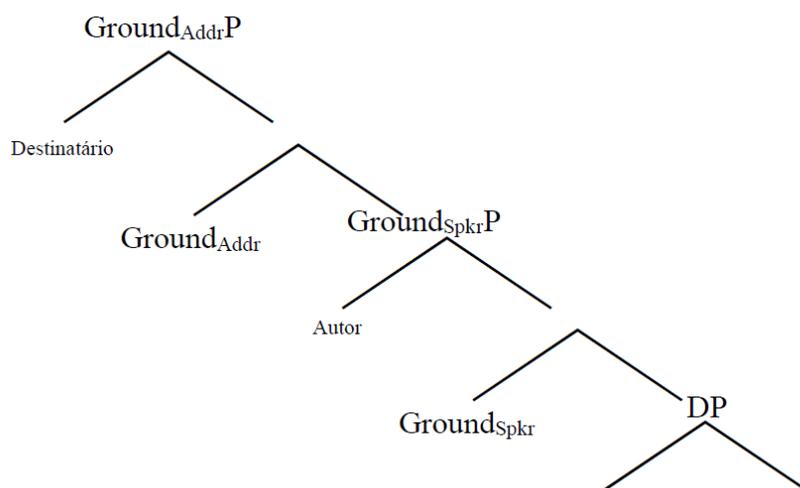
Wiltschko e Heim (2016) referem-se a esta reformulação da proposta original de Ross como hipótese neoperformativa. Propostas como a de Ross partem de uma teoria performativa em que o autor era o foco do ato ilocutório. O que a literatura mais recente sobre atos de fala aponta é o papel

relevante do destinatário nesse ato. Assim, não se pode ignorar que a felicidade da performance depende tanto da ação de “dar” ao destinatário o conteúdo de um enunciado qualquer, quanto de o destinatário recebê-lo, aceitá-lo ou rejeitá-lo. E é apenas quando o destinatário aceita essa proposição que temos consenso desse conteúdo. É, portanto, somente através desse processo, que Clarck e Brennan (1991) chamam de *grounding*, que asseguramos a inteligibilidade dos participantes do processo dialógico. Para Bavelas et al. (2012, p. 1), *grounding* é entendido como “processo de conversação fundamental, momento a momento, pelo qual o autor e o destinatário estão constantemente estabelecendo um entendimento mútuo.”¹³

É a partir desse cenário que Wiltschko (2017) e Wiltschko e Heim (2016) propõem uma sintaxe para essa interação dos participantes do discurso. Essa proposta consiste em elaborar a estrutura dos atos de fala sobre duas camadas estruturais: uma camada *grounding* (GroundP), responsável por codificar a atitude do autor diante do que está sendo dito (essa camada pode ser articulada para codificar ainda mais a avaliação do autor sobre a atitude do destinatário); e a camada *responding* (RespP), responsável pela codificação do que o autor espera que o destinatário faça com o que está sendo dito. Segundo essa proposta, uma forte evidência de que a estrutura do ato de fala deve incluir uma representação da atitude do autor e do destinatário é o fato de que modificadores de atos de fala, como confirmações (Sim!, Claro!), modificam a atitude dos participantes do ato de fala e não os próprios participantes (RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 11).

Com essas informações conceituais em mãos, Ritter e Wiltschko (2019) propõem uma estrutura de atos de fala para os nominais apresentada em (19), repetida abaixo.

(19)



¹³ No original: “fundamental, moment-by-moment conversational process by which speaker and addressee are constantly establishing mutual understanding”.

Para as autoras,

[o] objetivo de uma conversa é estabelecer um terreno comum [*common ground*] para que os interlocutores saibam no que cada um acredita e, às vezes, também porque eles acreditam no que fazem, como chegaram a essas crenças, como eles fortemente as mantêm, e seu status no terreno comum. Assim, o terreno comum contém proposições e atitudes dos interlocutores em relação a essas proposições.¹⁴ (RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 12)

Portanto, o terreno comum deve conter não apenas proposições, mas os próprios participantes do discurso, “os indivíduos sobre os quais falamos” (RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 12).¹⁵ Assim, da mesma forma que nas proposições, os interlocutores estabelecem de quem se fala, por vezes como esses interlocutores se relacionam com esses indivíduos e sua posição no terreno comum. Esses são exemplos de atitudes do interlocutor em relação aos referentes, que as autoras propõem serem as *atitudes referenciais* dos interlocutores. Por fim, as autoras afirmam que diferentes tipos de DPs expressam diferentes tipos de atitudes referenciais e dão como exemplo a diferença entre DPs definidos e indefinidos, que são caracterizados a partir da codificação de se um referente do discurso é uma informação nova ou velha no terreno comum.

Segundo Ritter e Wiltschko (2019), os pronomes impessoais fornecem evidência (negativa) para a hipótese da estrutura dos atos de fala na espinha nominal na medida em que sua distribuição pode ser atribuída à ausência de tal camada funcional na estrutura nominal. Segundo as autoras, uma das principais funções da estrutura de atos de fala é gerenciar a troca de turnos de fala, de forma a marcar o pedido de resposta do interlocutor. Isso implica que o enunciado do interlocutor que compõe o turno da vez deve ser dominado pela projeção de atos de fala. Assim, pronomes impessoais não podem funcionar como turnos completos, como ilustrado em (20).

(20)

Q: Who did you see?
Quem PAST você ver
“Quem você viu?”
A1: John/my little brother/him
John/meu pequeno irmão/ele.ACC
“John/meu irmãozinho/ele
A2: (#)I saw John/my little brother/him.
Eu vi John/meu irmãozinho/ele
A3: *You_{IMPERS}/one.

¹⁴ No original: The goal of a conversation is to establish common ground so that the interlocutors know what they each believe, and sometimes also why they believe what they do, how they came to these beliefs, how strongly they hold them, and their status in the common ground. Thus, the common ground contains propositions and the interlocutors' attitudes towards these propositions.

¹⁵ No original: “the individuals we talk about”.

Você.impessoal/um.impessoal

(RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 14)

Em outras palavras, “pronomes impessoais não podem ser usados para realizar atos de fala nominais porque não nomeiam, descrevem ou se referem a indivíduos específicos e, portanto, não podem funcionar como respostas de fragmentos de sentença” (RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 14).¹⁶ Esses seriam os casos dos exemplos ilustrados em (6-11).

Por outro lado, expressões impostoras, como ilustrado nos exemplos (3) e (4), são o outro lado dessa moeda: expressões referenciais que não possuem traços-phi pessoais, mas projetam a camada funcional dos atos de fala (GroundP), sendo, dessa forma, participantes do processo dialógico representado na estrutura.

Quando os falantes de uma dada língua falam, eles pressupõem certas coisas, e o que eles pressupõem orienta tanto o que eles escolhem dizer quanto como pretendem que o que dizem seja interpretado. Partindo dessa premissa apontada por Stalnaker (2002) na introdução de seu artigo, podemos afirmar, voltando aos dados de nossa pesquisa, que a escolha de um impostor como instrumento de pessoa do discurso pelo autor é um ato ilocutório e depende de um *grounding* estabelecido com o destinatário para que possa funcionar como pronome pessoal.

1.2 Sobre a deficiência estrutural dos (pro)nominais

Algumas expressões nominais podem funcionar como pronomes de referência genérica em algumas línguas. São pronomes com leitura genérica, como *one*, em inglês, podendo, em certas línguas, possuir leitura existencial. É o caso de *man*, do alemão. Para Ritter e Wiltschko (2019), esses pronomes possuem uma deficiência em sua estrutura DP, o que impossibilita concordância de número no plural, mesmo sendo esta sua referência¹⁷. Para as autoras, em (21), a agramaticalidade se dá pelo fato de *man* não poder aparecer em sua forma plural (*manen*) mesmo aparecendo com o verbo em sua forma plural (*geben*). As autoras propõem, então, que esse tipo de pronominal não possui traços-phi, que seriam os responsáveis pelo mecanismo de concordância nas línguas (Chomsky, 2000, 2001).

(21)	In	Österreich	geb-en	man (*en)	einander
	Em	Austria	dar-3pl	IMPERS(pl)	RECP
	zu	Weihnachten	Geschenke		

¹⁶ No original: “impersonal pronouns cannot be used to perform nominal speech acts because they do not name, describe, or refer to specific individuals, and thus, they cannot function as sentence fragment answers.”

¹⁷ Como apontou a parecerista Janayna Carvalho, a referência dessas expressões é compatível como “qualquer um” e não é plural. Manterei a conclusão das autoras para poder dar continuidade ao argumento por elas apresentado.

de natal presentes
 “Na Áustria, as pessoas dão presentes de natal umas às outras”
 (RITTER; WILTSCHKO, 2019, p. 2)

De forma oposta, Ritter e Wiltschko (2019) apresentam dados de pronomes pessoais que funcionam como pronomes impessoais. É o caso de *du* no alemão falado na Áustria:

- (22) a. Wenn **du** in Wien bist, sollt-est
 Quando você em Vienna CÓPULA-2sg.PRES dever-2sg
du das also auch tun.
 você que portanto também fazer
 “Então, quando você estiver em Viena, você deve fazer isso também”
- b. In Österreich gib-**st** (*-t) **du** deinen
 em Austria dar-2sg (*3sg) IMPES.2sg seus
 Freunden zu Weihnachten Geschenke
 amigos para natal presentes
 “Na Áustria, as pessoas dão presentes de natal umas às outras”
 (RITTER & WILTSCHKO, 2019, p. 2)

Os exemplos em (22) mostram que *du* funciona exatamente como *eu* em PB, como demonstrado no exemplo (9), repetido abaixo¹⁸, pois, mesmo com leitura impessoal, *eu* não admite flexão verbal de terceira pessoa (-a).

- (23) *Eu* começ-o (*-a) a fumar um cigarro hoje, amanhã *eu* experiment-o (*-a) x.

A dualidade de comportamento de expressões pronominais em (22), segundo Ritter e Witschko, se dá pelo fato de essas expressões impessoais não apresentarem traços-phi, enquanto pronomes pessoais que podem funcionar como expressões impessoais, carregam tais traços. Assim, para explicar a distribuição dessas formas pronominais, as autoras sugerem a seguinte configuração:

¹⁸ Em português, a segunda pessoa do singular também se comporta como o alemão *du*, mas, diferentemente desta língua, a segunda pessoa do singular no português *você* pede concordância de terceira pessoa do singular, da mesma forma que o pronome de primeira pessoa do plural *a gente*. Dessa forma, para ilustrar o ponto empírico que desejo, utilizei a primeira pessoa do singular, que ainda mantém suas marcas de concordância na maior parte das variedades do português brasileiro.

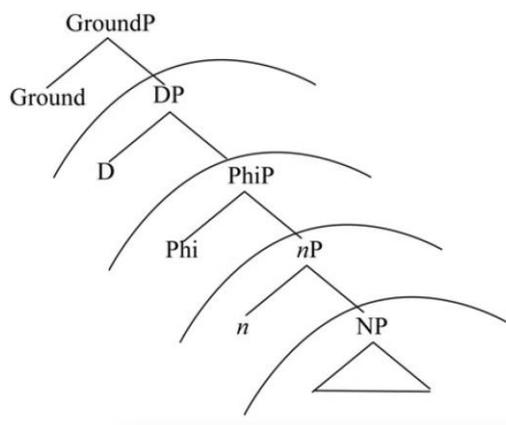


FIGURA 2 – Espinha (pro)nominal¹⁹
 Fonte: Ritter e Wiltschko (2019, p. 15)

Segundo as autoras, essa espinha nominal é capaz de compreender as diversas leituras pronominais, desde a totalmente impessoal àquela com traços de pessoa. Como visto na seção anterior, a estrutura apresentada acima é baseada na ideia de que a expressão nominal apresenta fronteira discursiva. Essa fronteira discursiva é responsável pela interpretação de participante discursivo dos (pro)nominais. Sendo assim, a um pronome ou expressão referencial podem ou não ser atribuídos valores participantes, como autor e destinatário, mesmo que essas expressões possuam traços gramaticais (phi) interpretáveis para pessoa, pois expressões nominais podem carregar pelo menos dois tipos de traços de pessoa: traços de papéis de fala (autor, destinatário) e traços gramaticais de pessoa (1ª e 2ª pessoa). As autoras chamam essa hipótese de Hipótese da Dualidade de Pessoa (*The Duality of Person Hypothesis - DPH*) (cf. Figura 3), inspiradas na USH.

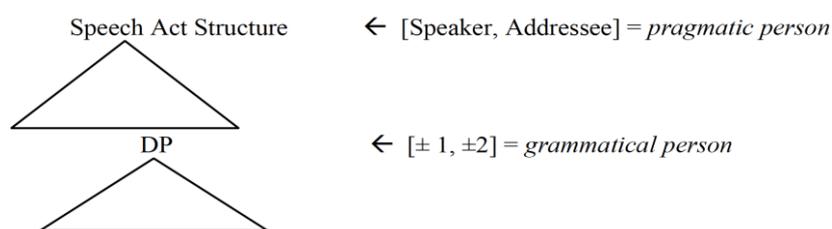


Figura 3 – Hipótese da Dualidade de Pessoa – DPH (RITTER; WILTSCHKO, 2018)²⁰
 Fonte: Ritter e Wiltschko (2018, p. 2)

¹⁹ PhiP é a projeção responsável pela valoração dos traços de número na análise de Ritter e Wiltschko (2019). A mesma camada é representada por NUMP na análise de Orlando e Saab (2021). Por ser apenas uma escolha notacional e por considerar que phi é um rótulo mais abrangente (cf. Béjar, 2003; Carvalho, 2008, 2017), adoto na presente análise NUMP como sendo a projeção responsável pela valoração de número no DP.

²⁰ Glosa: *Speech Act Structure* = estrutura de ato de fala; *Speaker* = falante/autor; *Addressee* = destinatário; *pragmatic person* = Pessoa pragmática; *grammatical person* = pessoa gramatical.

A DPH permite que lidemos com os dados apresentados aqui, pois desvincula os traços gramaticais, ou seja, aqueles responsáveis pelo licenciamento das expressões (pro)nominais na sintaxe, dos traços responsáveis pela leitura participante dessas expressões. Nesse modelo, os traços formais de pessoa são instrumentos morfológicos apenas. No entanto, ao mesmo tempo que são classificados como traços pragmáticos, são ainda computados na sintaxe, pois sua interpretação depende do licenciamento de tais traços nas devidas projeções. Podemos, assim, interpretar os traços-phi de pessoa como não-interpretáveis e responsáveis pela relação morfológica (flexão e anáfora) entre o DP e o restante da sentença, enquanto os traços pragmáticos são os responsáveis pela interpretação de pessoa em LF, portanto, interpretáveis.

Com essas informações e voltando à repartição interna ao DP na Figura 1, podemos ter uma distribuição dos diversos pronomes impessoais, cujos traços presentes em sua composição ditarão suas leituras. Ritter e Wiltschko (2019) apresentam a seguinte tipologia dos pronomes impessoais:

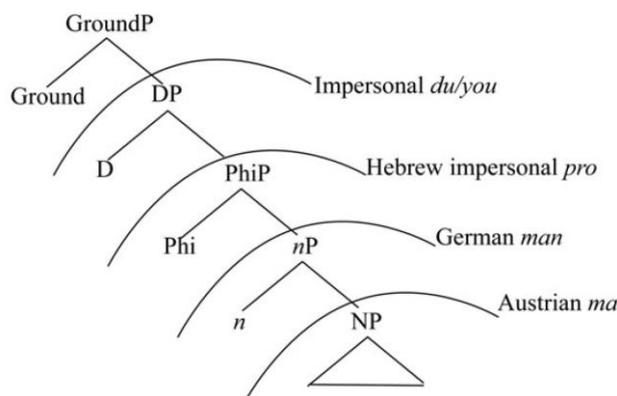


Figura 4 – Tipologia dos pronomes impessoais
Fonte: Ritter e Wiltschko (2019, p. 18)

Segundo as autoras, *du* do alemão austríaco e o *you* do inglês seriam exemplos de impessoais-DP, ou seja, que possuem traços de pessoa, além dos de número, valorados em PhiP, e gênero, valorados em nP. Impessoais-PhiP seriam ilustrados pelo *pro* impessoal do hebraico. A essa análise, incluímos os pronomes impessoais do português, ilustrados nos exemplos (6), (9) e (10), e em outras línguas, como o *nurse-we* do inglês, que possuem leitura genérica, quando não apontam indexicalmente a um grupo específico, pois essas formas pronominais não permitem flexão de pessoa quando

sua leitura é impessoal.^{21,22} Assim, os dados apresentados na introdução do presente trabalho preenchem a lacuna tipológica deixada por Ritter e Wiltschko (2019) sobre um pronome impessoal PhiP realizado foneticamente. *Man* do alemão ilustra os impessoais nP, pois apresentam apenas valoração para gênero. Esse seria também o caso de *nego(a)* e outras expressões impessoais flexionadas para gênero no PB (cf. (24)).

- (24) Onde ela mora hoje e ficou um tempão lá de ... **nego**_[phi: sg/n: masc] às vezes fazia de lixo aí, mas chegou um tempo que ela tomou a tenência de fazer quarto sala e cozinha, hoje em dia ela fez.
(CARVALHO, 2010, p. 185)

Por fim, as autoras ilustram os impessoais NP com o *ma* do alemão austríaco, pois essa expressão não é capaz de referenciar um indivíduo no universo discursivo.

A análise de Ritter e Wiltschko (2019) não discute, no entanto, a paisagem oposta: expressões-R que se tornam participantes do discurso, o que é perfeitamente capturado pela proposta das autoras. Dessa forma, nossa análise prevê o caminho na direção de uma especificação referencial das expressões nominais. Nossa análise assume que GroundP é desdobrado como abaixo:

²¹ Carvalho e Brito (2017, p. 56) apontam para o fato de que expressões impostoras são gramaticais apenas em contextos de compartilhamento de conhecimento comum por um determinado grupo de falantes (ou comunidade de prática):

[a] utilização por um falante da expressão *mummy* como tentativa de denotar 1ª pessoa em um diálogo que não represente uma conversa entre uma mãe e um filho causará estranheza no interlocutor, assim como o tratamento de *Vossa Alteza* em uma situação em que não haja um membro da família real presente. Portanto, impostores denotam participantes do discurso de grupos de falantes.

²² Como apontado por ambas pareceristas, o exemplo em (9), como a primeira pessoa do singular, é problemático tanto no nível empírico, por não ser possível em variedades do português brasileiro, quanto teórico, pois geraria uma imprecisão analítica em nossa proposta. Como apontado anteriormente no texto, assumo aqui que *eu* em (9) é um DP. Carvalho (2008) resolve esse *puzzle*, pelo menos teoricamente, assumindo que a concordância nesse caso específico é um efeito morfológico dialetal pós *Spell-out*.

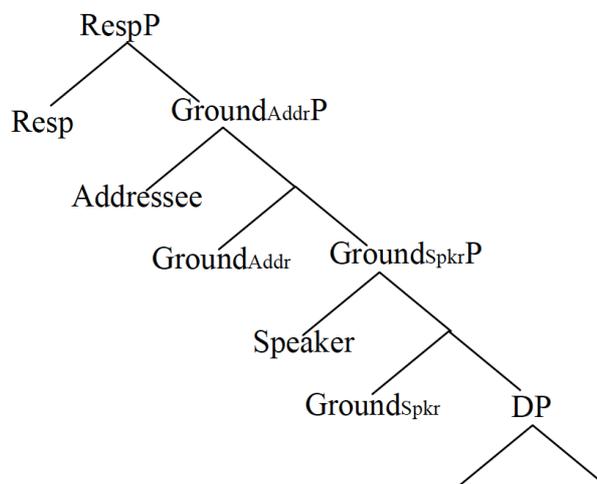
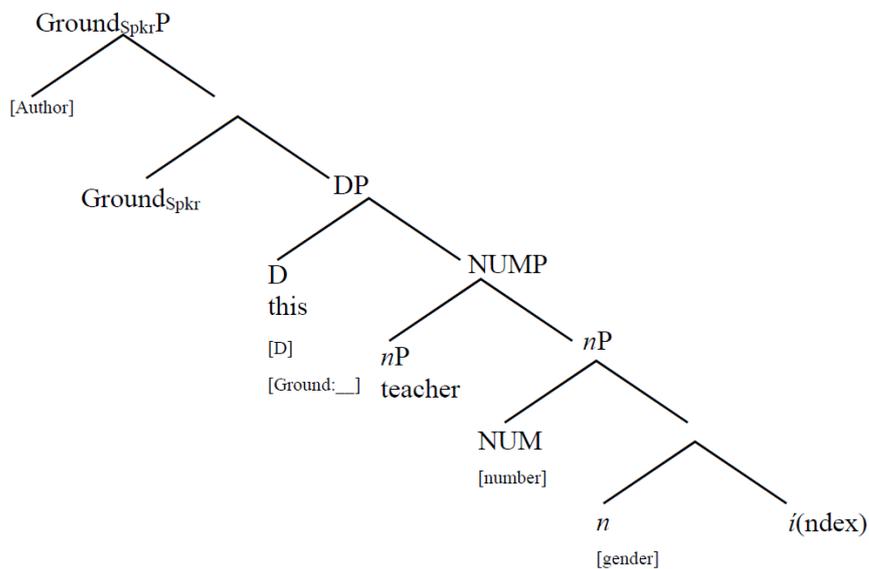


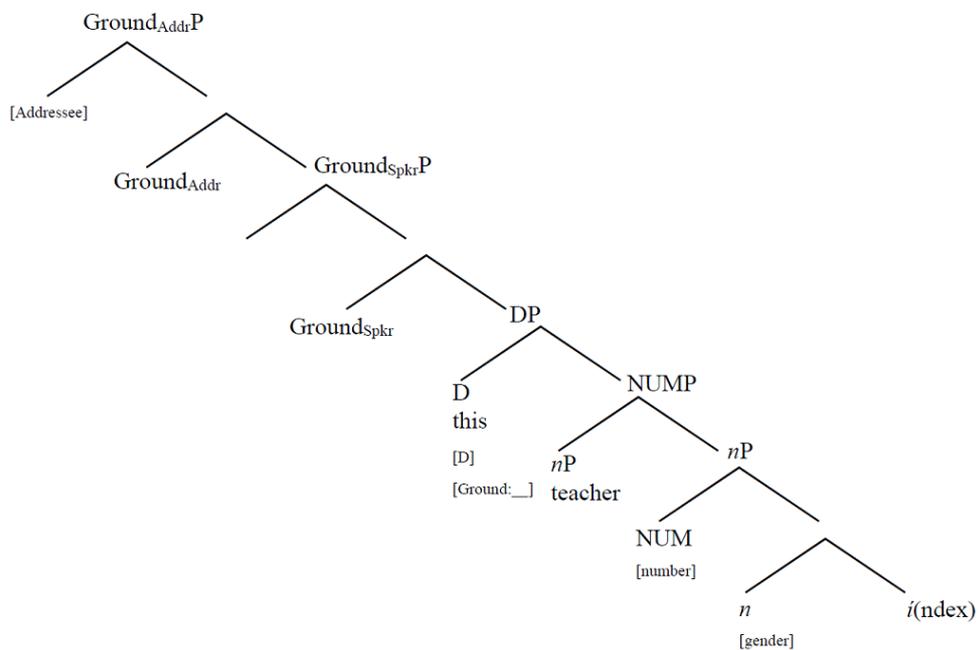
FIGURA 5 – Estrutura nominal do ato de fala
 Fonte: Ritter e Wiltschko (2018, p. 4)

Ritter e Wiltschko (2018) assumem a estrutura da Figura 5 baseados na proposta de Wiltschko (2017), na qual a projeção de ato de fala é articulada e consiste em pelo menos Resp(onse)P e duas instâncias de GroundP, uma para o autor e outra para o destinatário. RespP codifica o que o falante quer que o destinatário faça com o que é dito (por exemplo, se espera ou não que ele responda). Projeções GroundP sentenciais codificam as atitudes do autor e do destinatário em relação ao que está sendo dito (por exemplo, se eles acreditam ou não na proposição em discussão). Isso constitui a codificação linguística compartilhada, ou terreno comum (*common ground*). E como já visto, esse compartilhamento contém não apenas proposições, mas também indivíduos. Assim, como apontado na Figura 5, partindo da hipótese de Ritter e Wiltschko (2018) de que há o espelhamento dessas projeções na estrutura nominal, os nominais também seriam dominados por RespP e GroundP. As projeções GroundP nominais codificam as atitudes do autor e do destinatário sobre quem está sendo falado (por exemplo, se eles conhecem ou não os indivíduos em discussão). Ground_{Spkr} representa a atitude do autor em relação ao indivíduo denotado pelo DP; Ground_{Addr} representa a atitude do destinatário. Portanto, assumo juntamente com as autoras que os papéis de autor e destinatário são sintaticamente representados nos especificadores de seus respectivos GroundP. Essa hipótese permite que, em uma dada língua, expressões-R funcionem como um pronome quando apresentam os traços codificados em GroundP. É o que acontece com os impostores. Assim, expressões impostoras apresentam pelo menos um dos traços valoráveis em GroundP, a saber [AUTOR] e [DESTINATÁRIO]. Portanto, (25) representa a distribuição configuracional de esse *professor*, que carrega os traços não valorados [Autor] em (25a) e [Destinatário] em (25b), e que são valorados no especificador de Ground_{Spkr}P and Ground_{Addr}P, respectivamente. Essa valoração permite que o DP tenha uma leitura participante, tipificando essa expressão como um impostor (ver (26 e (27)).

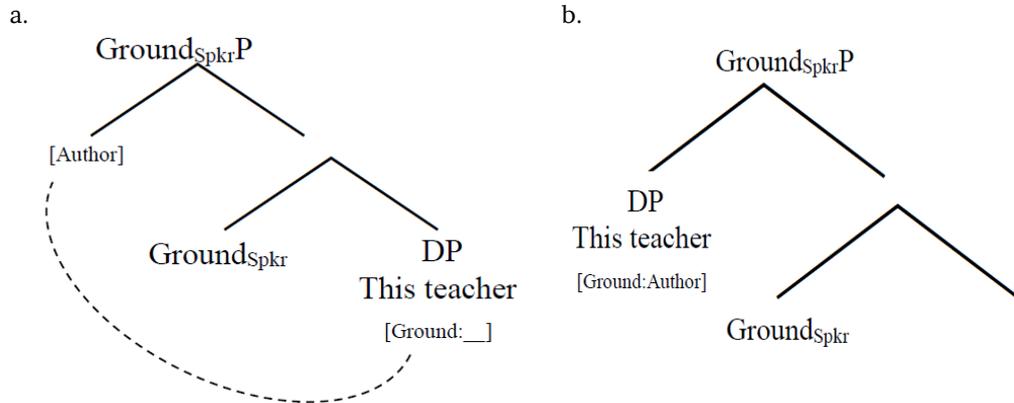
(25) a. Espinha de “este professor” autor



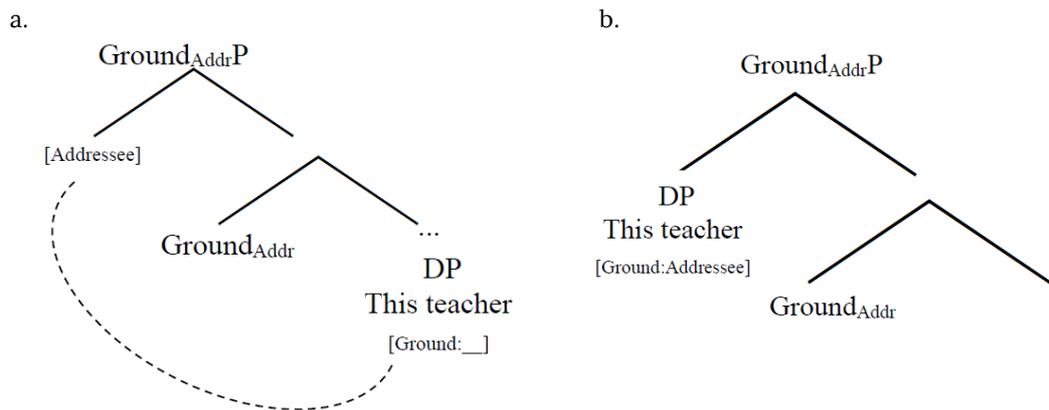
b. Espinha de “este professor” destinatário



(26) Valoração de “este professor” autor



(27) Valoração de “este professor” destinatário



Essa análise apresenta uma propriedade encontrada em todos os nominais que se enquadram na categoria dos impostores. Da mesma maneira que as formas pronominais canônicas são categoricamente elementos indexicais e que só tem seu referente definido a partir do compartilhamento, pelo menos, da informação dêitica de quem são o autor e o destinatário, os impostores necessitam dessa informação mínima compartilhada entre os interlocutores para que possam ser compreendidas como indexicais. Uma sentença como “Mamãe não quer que você faça mais isso” só pode ter *mamãe* com leitura de autor se os interlocutores compartilharem que se trata de uma mãe proferindo a sentença e que, provavelmente, tem seu rebento como interlocutor. Portanto, expressões impostoras não podem ser entendidas a não ser que apresentem algum indício de que o grupo que as usa é capaz de reconhecer ou pelo menos rastrear seus indícios.

Considerações finais

No presente trabalho, procurei responder a duas questões centrais: (i) qual a estrutura interna dos impostores? e (ii) como a interpretação dessas expressões está ligada à estrutura sintática? Para respondê-las, considerei haver uma dupla representação da categoria pessoa na sintaxe. Por um lado, há traços- ϕ de pessoa, que são responsáveis pela operação concordância; por outro, a estrutura (pro)nominal contém traços pragmáticos, responsáveis pela interpretação desses elementos enquanto participantes (ou não) do discurso. Assim, assumi que expressões impostoras possuem a estrutura interna de um pronome, como proposto por Orlando e Saab (2021), na qual o DP pronominal é formado por índice referencial em sua base.

Baseado na estrutura referencial proposta por Collins e Postal, procurei oferecer uma análise em que as expressões impostoras possuem traços pragmáticos [AUTOR] e [DESTINATÁRIO] sensíveis à estrutura sintática, cuja leitura permite a indexicalização dessas expressões referenciais e, portanto, sua pronominalização. Esses traços são assim computáveis em uma projeção sintática responsável por ligar os nominais às relações discursivas, a saber: GroundP (Wiltschko, 2014, 2017). Procurei mostrar ainda que essas expressões têm seus traços valorados na posição de especificador de dois núcleos funcionais responsáveis pelas leituras de falante e destinatário, respectivamente: Ground_{Spkr} e Ground_{Addr}. Por fim, busquei a hipótese proposta por Ritter e Wiltschko (2018, 2019) com outros fenômenos correlacionados, como a impessoalidade de certos pronomes pessoais, que podem ser explicados a partir da adoção de uma estrutura do DP subespecificada.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i1.2160.R>

Resposta dos autores: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i1.2160.A>

Conflito de Interesse

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

ABNEY, Steven. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Doctoral Dissertation, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Mass, 1987.

BAVELAS, Janet Beavin; JONG, Peter De; KORMAN, Harry; JORDAN, Sara Smock. *Beyond back-channels: A three-step model of grounding in face-to-face dialogue*. Handout apresentado em: Interdisciplinary Workshop on Feedback Behaviors in Dialog, Stevenson, WA, 2012.

BÉJAR, S. *Phi-syntax: a theory of agreement*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Toronto, Ontário, 2003.

BENINCÀ, Paola. The position of topic and focus in the left periphery. In ed. CINQUE, Guglielmo; Giampaolo Salvi. (eds). *Current studies in Italian syntax: Essays offered to Lorenzo Renzi*. Amsterdam: North-Holland. 2001, p. 39–64.

BENVENISTE, Émile. La nature des pronoms. In: BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966, p. 251–257.

CARVALHO, Dannel da S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. 150f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, 2008.

CARVALHO, Dannel da S. *The Internal Structure of Personal Pronouns*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

CARVALHO, Valter. *Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, 2010.

CARVALHO, Dannel da S.; BRITO, Dorothy B.S. Impostores, correferência e concordância em português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96, pp.54-73 jul./dez. 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v96i0.50421>

CARVALHO, D. S. BRITO, D. B. S. SEDRINS, A. P. Referência de primeira pessoa e anáfora em português brasileiro. *ReVEL*, 16(30), 2018, p. 127–145.

CLARK, Herbert H.; BRENNAN, Susan. Grounding in communication. In ., ed. RESNICK, Lauren B.; LEVINE, John M.; TEASLEY, Stephanie D. (eds.). *Perspectives on socially shared cognition*. Washington: American Psychological Association. 1991, p. 127–149.

COLLINS, Chris; ORDÓÑEZ, Francisco. Spanish *usted* as an imposter. *Probus*, ahead of print, 2021.

<https://doi.org/10.1515/probus-2021-0006>

COLLINS, Chris; POSTAL, Paul. *Imposters*. Cambridge: MIT Press, 2012.

CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (eds.). *Step by step: Essays on Minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89–155.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program: 20th anniversary edition*. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001, p. 1–52.

DAS, S. (Il)-licit pronoun-antecedent relations in Bangla. In: COLLINS, C. (Ed.). *Cross-linguistic studies of imposters and pronominal agreement*. New York: Oxford University Press, 2014. p. 28–41.

GARZONIO, Jacopo. Interrogative types and left periphery: Some data from the Fiorentino dialect. *Quaderni di lavoro dell'ASIS* 4, 2004, p. 1–19.

- HAEGEMAN, Liliane. West Flemish verb-based discourse markers and the articulation of the speech act layer. *Studia Linguistica* 68(1), 2014, p. 116–139.
- HAEGEMAN, Liliane; HILL, Virginia. 2013. The syntacticization of discourse. In FOLLI, Raffaella R.; SEVDALI, Christina; TRUSWELL, Robert. *Syntax and its limits*. Oxford: Oxford University Press. 2013, p. 370–390.
- HARBOUR, Daniel; ADGER, David; BÉJAR, Susana. (eds.). *Phi-Theory: Phi-features across modules and interfaces*. New York: Oxford University Press.
- HILL, Virginia. Romanian adverbs and the pragmatic field. *The Linguistic Review* 24(1), 2007a, p. 61–86.
- HILL, Virginia. Vocatives and the pragmatics–syntax interface. *Lingua* 117(12), p. 2007b, 2077–2105.
- JOSEPH, Brian D. On the agreement of reflexive forms in English. *Linguistics*, Hawthorne 17, p. 519–523, 1979.
- LOBECK, Anne C. *Ellipsis: Functional heads, licensing, and identification*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, 25(4), 1994, p. 609–65, <http://www.jstor.org/stable/4178880>.
- ORLANDO, Eleonora; SAAB, Andrés. 2021. Epítetos e insultos de grupo en español. Sobre una ambigüedad y sus implicaciones sintáctico-semánticas. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics* 14(1):161–205. (<https://doi.org/10.1515/shll-2021-2043>).
- REZAC, Milan. *Phi-features and the Modular Architecture of Language*. Dordrecht: Springer, 2011.
- RITTER, Elizabeth; WILTSCHKO, Martina. Nominal speech act structure: Evidence from the structural deficiency of impersonal pronouns. *Canadian Journal of Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique*, 2019, 1–21. doi:10.1017/cnj.2019.10
- RITTER, Elizabeth; WILTSCHKO, Martina. Distinguishing speech act roles from grammatical person features. *Proceedings of the 2018 annual conference of the Canadian Linguistic Association*. 2018, p. 1–15. Disponível em <https://cla-acl.artsci.utoronto.ca/actes-2018-proceedings/>. Acesso em 04 de março de 2022.
- ROSS, John Robert. On declarative sentences. in: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM Peter S. (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, MA: Ginn, 1970, p. 222–272.
- SCHLÜCKER, Barbara; ACKERMANN, Tanja. The morphosyntax of proper names: an overview. *Folia Linguistica*, 51(2), 2017, p. 309–339. <https://doi.org/10.1515/flin-2017-0011>
- SPEAS, Peggy; TENNY Carol L. Configurational properties of point of view roles. In DI SCIULLO Anna Maria. (ed.). *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins. 2003, p. 315–344.
- STALNACKER, Robert. Common ground. *Linguistics and Philosophy* 25(5–6): 701–721, 2002.
- SZABOLCSI, Anna. 1994. The noun phrase. In: KIEFER, Ferenc; KISS Katalin (Eds.). *The syntactic structure of Hungarian: Syntax and Semantics 27*. Cambridge, MA: Academic Press. 1994, p. 179–275.
- TENNY, Carol. Evidentiality, experiencers, and the syntax of sentience in Japanese. *Journal of East Asian Linguistics* 15(3), 2006, p. 245–288. <<https://doi.org/10.1007/s10831-006-0002-x>>

WILTSCHKO, Martina. Ergative constellations in the structure of speech acts. In: COON, Jessica; MASSAM, Diane; TRAVIS, Lisa (Eds.). *The Oxford Handbook of Ergativity*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 419-446.

WILTSCHKO, Martina. *The universal structure of categories: Towards a formal typology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WILTSCHKO, Martina; HEIM, Johannes. The syntax of confirmational: A neo-performative analysis. In KALTENBÖCK, Gunther; KEIZER, Evelien; LOHMANN Arne. (eds.). *Outside the clause: Form and function of extr Clausal constituents*. Amsterdam: John Benjamins, 2016, p. 303-340.

ZU, Vera. Probing for Conversation Participants: The case of Jingpo. In ARAPICIO, Helen. (ed.). *Proceedings of the forty-ninth annual regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society. 2013, p. 379-389.

ZU, Vera. *Discourse participants and the structural representation of the context*. Tese de doutoramento – New York University, 2018.